

Alguns Equívocos do Senso Comum sobre o Trabalho de Crianças

Dados recentes sobre o trabalho de crianças, com idade entre cinco e catorze anos, não estão de acordo com a chegada de um novo milênio e, menos ainda, com o progresso científico e tecnológico alcançado pela humanidade. Entretanto, ao lado de conquistas como as da engenharia genética ou da comunicação eletrônica, só para citar duas delas, 250 milhões de crianças trabalham em todo o mundo, sendo que quase a metade delas em tempo integral.

Hoje, em toda a parte, o crescimento do setor de serviços, dos empregos de meio expediente e de relações de trabalho precarizadas facilita a entrada de crianças no mercado de trabalho. Se a isso se acrescenta as precárias condições de vida de grande parte da população nos países pobres ou em desenvolvimento e de alguns grupos sociais nos chamados países ricos, está completo o quadro que leva crianças com menos de quinze anos a trocar a escola e o brincar pelo trabalho, ou, na melhor das hipóteses, a tentar compatibilizar essas três atividades.

No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, em 1995 trabalhavam pouco mais de 3.800.000 crianças entre cinco e catorze anos. Destas, em torno de 60% estavam no campo e 40% nas cidades.

Não se trata de repensar a possibilidade, oportunidade ou viabilidade do trabalho antes dos catorze anos. De acordo com todos os códigos, estatutos e normas relativas a direitos humanos, criança não deve trabalhar. A infância deve ser considerada como uma fase da vida dedicada à educação e à formação que, em seus sentidos mais amplos, incluem o desenvolvimento de aspectos físicos, psicológicos, emocionais, intelectuais e sociais.

Trata-se, então, de procurar meios e formas para erradicar o trabalho na infância, envolvendo os diferentes atores sociais, através de programas e políticas econômicas e sociais e de projetos culturais. É necessário algo que vá além ou que seja mais eficaz que a proibição legal, pois proibido o trabalho infantil já é.

Um diagnóstico preliminar do Ministério do Trabalho, realizado em 1996, identifica se-

tenta e cinco tipos de atividades exercidas por crianças e adolescentes no mercado de trabalho brasileiro. Algumas dessas atividades apresentam riscos e impactos evidentes e imediatos. Entre elas, estão o trabalho na cultura da cana de açúcar, do sisal e da erva mate, nas carvoarias, nas cerâmicas e olarias, na produção de calçados, nas serrarias, na indústria moveleira e nas madeireiras. Todas essas atividades têm um alto índice de acidentes e apresentam riscos físicos, ergonômicos, mecânicos, biológicos e químicos. Ninguém duvida que esse trabalho, considerado perigoso, insalubre ou pesado até para adultos, seja inteiramente inadequado para crianças.

Os meios de comunicação têm denunciado esse tipo de trabalho infantil, apresentando-o, com razão, como imediatamente intolerável o que tem provocado uma forte indignação social, levando a providências imediatas, embora restritas a cada caso específico. A desfaçatez com que empregadores ou intermediários justificam e defendem a existência e continuidade desse tipo de trabalho, alegando as necessidades da própria criança e de sua família, torna mais fácil o repúdio social e faz com que se procure soluções rápidas que interrompam o círculo vicioso miséria-trabalho-miséria.

Entretanto, há um outro tipo de trabalho exercido por crianças no Brasil, hoje, que envolve uma série de atividades não consideradas insalubres, perigosas ou pesadas quando exercidas por adultos. Porém, no caso de crianças esse trabalho se mostra tão danoso quanto aquele que mutila física e socialmente de forma evidente e imediata. Inclui-se aí a maior parte do trabalho infantil que se realiza no meio urbano.

As crianças exercem atividades comuns em grandes cidades, como vendas no balcão ou na rua, serviços pessoais e emprego doméstico, serviços especializados, todo o tipo de entregas. São ajudantes de produção na indústria ou artesanato, fazem serviço de segurança, trabalham em escritórios, enfim, é quase infindável a lista das ocupações de crianças trabalhadoras no meio urbano.

Uma criança pobre trabalhando numa grande cidade não provoca, hoje em dia,

* Socióloga, membro da CET - Coordenação de Educação e Treinamento do DIEESE.

nem surpresa nem indignação. Aliás, o que as pessoas sentem é um certo alívio pelo fato das crianças não estarem pedindo esmola nas esquinas, cheirando cola pelas praças ou dormindo embaixo dos viadutos. E se atribui ao trabalho a responsabilidade pelo milagre de tirá-las das ruas e inserí-las, desde já, no bom caminho. Como se a única alternativa à marginalidade na infância fosse o trabalho.

Como esse tipo de atividade não é, em si, penosa, perigosa ou insalubre, o fato de serem exercidas por crianças, que deveriam estar estudando ou brincando, é rapidamente naturalizado pela sociedade, incorporando-se ao cotidiano das cidades.

Entretanto, uma pesquisa recente sobre o trabalho antes dos catorze anos nas grandes cidades² mostra que a grande maioria das crianças entrevistadas estão defasadas nos estudos, não se interessam pela escola, não brincam regularmente, não praticam esportes, enfim não estão se desenvolvendo de forma harmoniosa para chegar à idade adulta preparadas para a vida.

Um dos argumentos mais comuns, e nem por isso menos equivocado, para justificar o trabalho de crianças é que se trata de atividades leves, eventuais e próprias da infância. Na verdade, diz-se que as crianças ajudam mais do que trabalham. Não foi isso que os resultados da pesquisa realizada pelo DIEESE mostraram. Em todas as cidades pesquisadas, cerca de 60% das crianças trabalham mais de quatro horas por dia e foram registradas jornadas diárias que ultrapassam as oito horas regulamentares do mundo de trabalho adulto. Em São Paulo, por exemplo, quase um terço trabalha de sete a doze horas diárias e a maioria durante cinco dias na semana.

Finalmente, o que agrava ainda mais as condições em que a atividade é exercida é que um percentual significativo das crianças trabalha em tempo integral, cumprindo, muitas vezes, uma parte da jornada à noite.

Essas características - longas jornadas diárias, cinco ou mais dias trabalhados por semana, trabalho noturno e em tempo integral - atestam o caráter penoso da atividade e a impossibilidade de convivência de trabalho com as outras atividades próprias da infância, já em termos de tempo.

Outro equívoco bastante comum com relação a crianças trabalhadoras é acreditar que seu trabalho ajuda de forma decisiva a família. Em todas as capitais pesquisadas pelo DIEESE, variaram de 55% a 71% os percentuais de crianças ganhando até um salário mínimo.

Jornada diária de trabalho - 1995/96

(Em %)

CIDADE	MAIS DE 7 ATÉ 12 HORAS	INTEGRAL, INCLUINDO TRABALHO NOTURNO
Belém	23	20
Recife	20	14
Goiânia	26	15
Belo Horizonte	9	18
São Paulo	28	12
Porto Alegre	16	17

Fonte: DIEESE

Mais ainda, segundo a PNAD/95, em todo o Brasil, abrangendo atividades nas cidades e no campo, 92,3% das crianças trabalhadoras, entre cinco e nove anos, não recebem qualquer tipo de remuneração.

Não se trata de reivindicar o pagamento previsto em lei para crianças que trabalham. O que se quer é que seja cumprido o direito que crianças têm de somente estudar e brincar até os catorze anos. O que se quer é o fim desse trabalho. Entretanto, é impossível deixar de apontar a vergonhosa exploração de crianças que fazem trabalho de adulto, cumprem longas jornadas diárias e semanais, não tem qualquer tipo de proteção legal, tudo isso por uma remuneração indigna sob qualquer ponto de vista.

Por outro lado, sabemos que as famílias pobres e até as chamadas remediadas adotam uma das estratégias mais conhecidas para superar as limitações de rendimentos individuais extremamente baixos: o ingresso no mercado de trabalho do maior número possível de membros da família. Essa medida leva, no limite, ao trabalho de crianças como última tentativa de aumentar a renda familiar e a considerar benvindo qualquer ganho adicional ou mesmo a ajuda no desempenho da própria atividade.

Mas o que deve ser discutido é se o trabalho de crianças é a única, a mais fácil, a mais indicada opção para complementar a renda familiar. E o que é importante, a eficácia dessa estratégia. Será que um aumento gradativo do salário mínimo, uma distribuição equitativa dos ganhos de produtividade entre o capital, os salários e os consumidores, uma política de renda mínima, bolsas escolares, programas de geração de emprego e renda, entre outras políticas públicas, não substituem com vantagem o trabalho de crianças?

Os dados relativos à repetência encontrados na pesquisa são assustadores. Os per-

² Ver a pesquisa realizada pelo DIEESE/CNTE, "O Trabalho tolerado de crianças até catorze anos em seis capitais brasileiras". As cidades pesquisadas foram Belém, Recife, Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

Remuneração - 1995/96
(Em %)

CIDADE	ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO	DE MEIO A UM SALÁRIO MÍNIMO
Belém	42	25
Recife	40	24
Gioânia	40	31
Belo Horizonte	29	28
São Paulo	52	20
Porto Alegre	36	19

Fonte: DIEESE.

Repetência - 1995/96
(Em %)

CIDADE	REPETÊNCIA
Belém	74
Recife	76
Goiânia	62
Belo Horizonte	51
São Paulo	62
Porto Alegre	62

Fonte: DIEESE

centuais estão acima dos 50% em todas as cidades, ou seja, mais da metade das crianças entrevistadas já repetiu de ano, pelo menos uma vez.

Segundo as próprias crianças, uma das principais causas para a repetência, além de uma escola pouco motivadora, que não provoca interesse no aluno e onde aprender é muito difícil, é o fato de estarem trabalhando.

Crianças que trabalham cinco dias na semana durante longas horas, muitas vezes, são obrigadas a se inscrever em cursos noturnos ou a fazer lição de casa à noite. Com isso estudam irregularmente ou até não estudam, apenas freqüentam a escola.

A maioria da crianças que trabalha tem muito pouco tempo ou oportunidade para brincar e praticar esportes. Seu dia é preenchido pela escola, pouco interessante e nada motivadora, e pelo trabalho não qualificado. Sobra pouco espaço para a diversão. Alguns só brincam nas folgas e fins de semana, por falta de tempo, confirmando a influência pernicioso do trabalho em seu cotidiano.

E, no entanto, diz-se que o trabalho na infância é aprendizado, que ajuda os estudos e que ensina para a vida.

Em um mundo em transformação, onde as incertezas são muitas, uma das poucas unanimidades é o papel da educação como elemento básico para o sucesso profissional na vida adulta. Quais serão as conseqüências, para um país como o Brasil, de uma

política que não privilegia de fato a educação e que faz vista grossa para o trabalho na infância que, não importa suas condições, atrapalha o aprendizado e que, no limite, provoca o abandono da escola?

Um outro fato importante, que deve ser levado em conta, é que as crianças pobres que moram em cidades grandes, hoje violentas e perigosas, não tem um espaço protegido e próprio para estudar, brincar, praticar esportes aprender línguas, música, teatro, computação. Não têm um lugar onde possam ser orientadas por profissionais da educação e estar em segurança durante o tempo em que não estão na escola. Essa carência está por trás de mais um equívoco do senso comum que é a idéia de que melhor trabalhando do que na rua. E, no entanto, o trabalho pode trazer conseqüências tão nefastas para o futuro adulto quanto estar na rua.

O trabalho na infância, exercido em qualquer circunstância, é nocivo ao desenvolvimento do ser humano. Suas conseqüências desastrosas podem ser percebidas imediatamente, no caso de mutilações e doenças, na defasagem escolar ou pelo abandono dos estudos. Entretanto, muitas vezes, os danos só serão descobertos mais tarde, de um lado, porque o trabalho, aparentemente, não é penoso ou insalubre ou perigoso e, por outro, porque é justificado por motivos nobres: a ajuda à família, o aprendizado para a vida, a alternativa ao crime e à marginalidade.

O triste em toda essa questão é que o trabalho não dá às crianças o tipo de aprendizado que hoje se considera importante para a inserção no mercado de trabalho adulto. Pelo contrário, é responsável, em parte, por tirar de crianças pobres a grande oportunidade que têm de se igualar no futuro a jovens de classe média e alta. O trabalho na infância, em vez de ser o instrumento de capacitação que a sociedade lhe atribui, acaba se tornando mais uma forma de reprodução e aprofundamento da desigualdade social existente.

Crianças que passam cinco, seis, sete ou mais horas por dia trabalhando, durante pelo menos cinco dias na semana, estão sendo deformadas, embora muitas vezes isso não seja percebido de imediato. Mas, no fim, teremos adultos mal preparados para ocupar seu lugar no mundo, do ponto de vista físico, intelectual, psicológico e social.

Crianças que trabalham vão adquirindo uma visão de mundo distorcida onde uma das atribuições da infância é complementar

ou prover a renda familiar através do trabalho. Mais que isso, como adultos talvez continue não lhes ocorrendo exigir da sociedade o direito a uma renda adequada que permita a seus próprios filhos não trabalhar.

A construção de uma sociedade de cidadãos responsáveis e bem formados implica a necessidade urgente de iniciar a discussão sobre o equívoco que é considerar o trabalho infantil como solução para toda uma série de problemas, desde a renda até o

perigo das ruas nas grandes cidades. Porque criança que trabalha não se prepara para o futuro. O problema do trabalho infantil não se resolve em si mesmo, mas deve ser tratado como parte das graves questões que o país enfrenta em termos de renda, emprego, precarização do trabalho, educação, saúde e cultura. O fundamental, entretanto, é partir do princípio de que trabalho infantil não é solução para qualquer problema. O trabalho infantil é, em si, um problema.